

EAL-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Termo de Referência 11/2025

Informações Básicas

Número do artefato11/2025

UASG930560-EAL-DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Editado porCARLOS FLORENCIO PIRES

Atualizado em22/04/2026 10:34 (v 0.18)

StatusDISPONIBILIZADO

Outras informações

CategoriaVI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Obras comuns

Número da Contratação

Processo AdministrativoE:05501.0000007613/2025

1. Definição do objeto

1.1. Contratação de empresa especializada para a execução de obra para **Implantação de Acesso com 0,75 km de extensão e uma Ponte 108,30 m de vão, sobre o Rio Mundaú**, localizado no município de Branquinha no Estado de Alagoas, nos termos da planilha orçamentária em anexo no Volume 01 – Relatório e Orçamento do Projeto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS										
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS										
SERVIÇOS: EXECUÇÃO DE PONTE SOBRE RIO MUNDAÚ		EXTENSÃO: 108,300m		BDI Serviço: 31,74%						
LOCAL: BRANQUINHA / AL		DATA BASE: janeiro-25		BDI Material Admão: 15,00%						
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										
CÓDIGO	ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)			PREÇO (R\$)		OBSERVAÇÃO
					DIRETO	RDE	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	
3.12.1										
03		SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO								
4011209	3.1	Regularização do subleito - 100% Proctor intencional	m²	1.420,77	1,53	0,49	2,02	2.869,96		SCRIOAL
4011320	3.2	Base ou sub-base estabilizada gradametricamente com mistura solo betta (70% - 30%) na pista com material de jazida e	m²	289,75	76,73	24,33	101,08	21.201,33		SCRIOAL
5502986	3.3	Expediente de jazida	km	600,00	3,15	1,00	4,15	2.490,00		SCRIOAL
5914359	3.4	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia em feito natural	km	230,20	1,25	0,40	1,65	379,83		SCRIOAL
5914389	3.5	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	km	6.230,98	0,82	0,26	1,08	6.729,46		SCRIOAL
4011276	3.6	Base ou sub-base de betta gradada com betta comercial - 100% Proctor modificado	m²	190,51	247,71	76,62	324,33	65.106,10		SCRIOAL
5914389	3.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	km	21.068,26	0,82	0,26	1,08	22.753,72		SCRIOAL
4011352	3.8	Impermeação com emulsão asfáltica	m²	1.079,94	0,40	0,13	0,53	572,37		SCRIOAL
4011353	3.9	Pintura de ligação	m²	1.728,00	0,28	0,09	0,37	639,36		SCRIOAL
4011465	3.10	Concreto asfáltico - faixa C-12,5 - areia e betta comercial	t	207,36	190,63	60,51	251,14	52.076,59		SCRIOAL
5914389	3.11	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	km	9.933,26	0,82	0,26	1,08	10.749,54		SCRIOAL
3.12.2										
COMP 06	3.12.1	Cimento asfáltico CAP-50/70	t	11,50	4.932,41	739,86	5.672,27	65.231,11		Pontaria n.º 1.078, de 11/08/2015
COMP 07	3.12.2	Emulsão asfáltica para imprimação	t	1,40	3.123,35	468,50	3.591,85	5.028,59		Pontaria n.º 1.078, de 11/08/2015
COMP 08	3.12.3	Emulsão asfáltica RR-1C	t	0,78	3.475,93	521,39	3.997,32	3.117,91		Pontaria n.º 1.078, de 11/08/2015
3.13										
COMP 09	3.13.1	Cimento asfáltico CAP-50/70	t	11,50	468,52	70,28	538,80	6.196,20		Pontaria n.º 1.078, de 11/08/2015
COMP 10	3.13.2	Emulsão asfáltica para imprimação	t	1,40	677,16	101,57	778,73	1.090,22		Pontaria n.º 1.078, de 11/08/2015
COMP 11	3.13.3	Emulsão asfáltica RR-1C	t	0,78	677,16	101,57	778,73	607,41		Pontaria n.º 1.078, de 11/08/2015
266.839,70										
3.13.1										
2003377	4.1	Misto de concreto - MRC 05 - areia e betta comerciais - forma de madeira	m	277,00	56,29	17,87	74,16	20.542,32		SCRIOAL
94287	4.2	EXECUÇÃO DE SAQUETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA, AF. 01/2024	m	224,00	32,43	10,29	42,72	9.569,28		SNAPFIAL

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS										
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS										
SERVIÇOS: EXECUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO MUNDAUÍ		EXTENSÃO: 108,300m					BDI Serviço: 31,74%			
LOCAL: BRANQUINHA / AL		DATA BASE: janeiro-25					BDI Material Adição: 15,00%			
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										
CÓDIGO	ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	Q. QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)			PREÇO (R\$)		OBSERVAÇÃO
					DIRETO	RDI	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	
01. SERVIÇOS PRELIMINARES										
COM01	01	Administração local e Manutenção do Canteiro	und	1,00	910.484,64	288.987,82	1.199.472,46	1.199.472,46		Composição
COM02	02	Mobilização de equipamentos e pessoal	und	1,00	8.597,36	2.728,00	11.326,16	11.326,16		Composição
COM03	03	Desmobilização de equipamentos e pessoal	und	1,00	8.597,36	2.728,00	11.326,16	11.326,16		Composição
COM04	04	Instalação de canteiro de obra e acampamento	und	1,00	472.740,12	130.047,71	622.797,83	622.797,83		Composição
COM05	05	Desfretamento de Projeto	und	1,00	58.208,65	18.475,44	76.684,12	76.684,12		Composição
103609	1.6	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE	m²	12,00		460,63	147,16	610,79		SNAP/AL
									1.928.926,21	
02. SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM										
5501701	2.1	Desmonte de árvores com diâmetro de 0,15 a 0,30 m	un	20,00	38,97	12,37	51,34	1.026,80		SCRO/AL
5501702	2.2	Desmonte de árvores com diâmetro maior que 0,30 m	un	6,00	97,43	30,92	128,35	770,10		SCRO/AL
5501700	2.3	Desmonte, desmonte e limpeza de áreas com árvores de diâmetro até 0,15 m	m²	15.800,00	0,53	0,17	0,70	11.060,00		SCRO/AL
5914351	2.4	Carga, manobra e descarga de agregados ou solos em caminhão basculante de 14 m³ - carga com carregadeira de 340 m³ de carga livre	t	4.740,00	2,68	0,85	3,53	16.732,20		SCRO/AL
5915319	2.5	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em fecho natural	tkm	9.480,00	0,89	0,28	1,17	11.091,60		SCRO/AL
4413942	2.4	Equipamento de material em betão-ferro	m³	3.160,00	1,96	0,62	2,58	8.152,80		SCRO/AL
5502109	2.5	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 50 a 200 m - caminho de serviço em fecho natural - com escavadeira e caminhão basculante de 14 m³	m³	2.419,08	5,84	1,85	7,69	18.602,73		SCRO/AL
5502110	2.6	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 200 a 400 m - caminho de serviço em fecho natural - com escavadeira e caminhão basculante de 14 m³	m³	10.016,28	6,27	1,99	8,26	82.734,47		SCRO/AL
5502112	2.7	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - DMT de 600 a 800 m - caminho de serviço em fecho natural - com escavadeira e caminhão basculante de 14 m³	m³	1.352,38	7,35	2,33	9,68	13.091,04		SCRO/AL
5502744	2.11	Escavação, carga e transporte de material de 3ª categoria - DMT de 400 a 600 m - caminho de serviço em fecho natural - com caminhão basculante de 12 m³	m³	3.651,11	45,41	14,41	59,82	218.409,40		SCRO/AL
4413942	2.12	Equipamento de material em betão-ferro	m³	6.343,41	1,96	0,62	2,58	16.366,00		SCRO/AL
5502978	2.13	Compactação de aterros a 100% de Proctor normal	m³	7.002,15	4,06	1,57	6,53	46.246,44		SCRO/AL
5503041	2.14	Compactação de aterros a 100% de Proctor intermediário	m³	2.164,05	5,72	1,82	7,54	16.316,94		SCRO/AL
									468.689,52	

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS										
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS										
SERVIÇOS: EXECUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO MUNDAUÍ		EXTENSÃO: 108,300m				BDI Serviço: 31,74%				
LOCAL: BRANQUINHA / AL		DATA BASE: janeiro-25				BDI Material Adição: 15,00%				
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										
CÓDIGO	ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)			PREÇO (R\$)		OBSERVAÇÃO
					DIRETO	RDI	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	
94208	4.3	EXECUÇÃO DE SARFETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO, 30 CM BASE X 10 CM ALTURA, AF 01/2024	m	51,00	38,48	12,21	50,67	2.685,51		SNAP/AL
2003305	4.4	Valota de proteção de corte com revestimento vegetal - VPGC 120-30 - escavação mecânica	m	130,00	40,83	12,06	52,79	6.992,70		SCRO/AL
2003315	4.5	Valota de proteção de aterros com revestimento de concreto - VPAC 120-30 - escavação mecânica - areia e brita comerciais	m	110,00	95,57	29,70	125,27	13.559,70		SCRO/AL
4005757	4.6	Escavação mecânica de vala em material de 1ª categoria	m³	128,56	6,49	2,06	8,55	1.099,19		SCRO/AL
4115671	4.7	Reaterro e compactação com soquete vibratório	m²	85,32	16,42	5,21	21,63	1.845,47		SCRO/AL
804021	4.8	Corpo de BRT C D = 0,60 m PAI - areia, brita e pedra de mão comerciais	m	28,00	361,91	114,87	476,78	13.349,94		SCRO/AL
804200	4.9	Corpo de BRT C D = 1,00 m PAI - areia, brita e pedra de mão comerciais	m	15,00	1.950,94	619,23	2.570,17	36.552,55		SCRO/AL
804377	4.10	Boca de BRT C D = 0,60 m - esquadria 0° - areia e brita comerciais - alto escuras	un	3,00	1.101,69	349,68	1.451,37	4.354,11		SCRO/AL
804441	4.11	Boca de BRT C D = 1,00 m - esquadria 0° - areia e brita comerciais - alto escuras	un	2,00	5.040,94	1.602,53	6.643,47	13.302,94		SCRO/AL
2003485	4.12	Caixa coletora de esgoto - CCS250-60 A - com grelha de concreto - areia e brita comerciais	un	1,00	5.640,25	1.790,22	7.430,47	7.430,47		SCRO/AL
									133.264,68	
05. SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO										
5213408	5.1	Pintura de faixa com termoplástico por aspersão - espessura de 1,5 mm	m²	56,40	47,91	15,21	63,12	3.559,07		SCRO/AL
5213360	5.2	Tacheta refletiva em plástico injetado - bidirecional tipo 1 - com um pino - fornecimento e colocação	un	180,00	31,44	9,98	41,42	7.455,60		SCRO/AL
5213457	5.3	Placa de regulamentação em fibra, R1 lado 0,331 m - película retrorefletiva tipo 1 + S1 - fornecimento e implantação	un	2,00	439,48	139,49	578,97	1.157,94		SCRO/AL
5213464	5.4	Placa de advertência em aço, lado 0,60 m - película retrorefletiva tipo 1 + S1 - fornecimento e implantação	un	2,00	265,72	84,34	350,06	700,12		SCRO/AL
5213552	5.5	Placa em aço, modular - 2,00 x 1,00 m - película retrorefletiva tipo 1 + B1 - fornecimento e implantação	un	2,00	1.215,28	385,72	1.601,00	3.201,06		SCRO/AL
5216111	5.6	Superfície para placa de sinalização em madeira de lei tratada 8 x 8 cm - fornecimento e implantação	un	8,00	115,51	36,64	152,17	1.217,36		SCRO/AL
5212556	5.7	Placa para sinalização de obra montada em cavalete metálico - 1,00 x 1,00 m - utilização de 600 ciclos - fornecimento, 01 implantação e 01 retirada diária	un/dia	1.440,00	1,92	0,61	2,53	3.643,20		SCRO/AL
5212560	5.8	Placa de advertência para sinalização de obra montada em suporte metálico móvel, lado 1,00 m - utilização de 600 ciclos - fornecimento, 01 implantação e 01 retirada diária	un/dia	1.920,00	3,88	1,23	5,11	9.811,20		SCRO/AL
5213385	5.9	Barreira de sinalização tipo 1 de dimensionamento 050kg - confecção	un	25,00	401,04	127,29	528,33	13.209,25		SCRO/AL
5213835	5.10	Cone plástico para canalização de trânsito - utilização de 150 ciclos - fornecimento, 01 implantação e 01 retirada diária	un/dia	12.000,00	0,77	0,24	1,01	12.120,00		SCRO/AL
									56.875,68	

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS										
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS										
SERVIÇOS: EXECUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO MUNDAUÍ		EXTENSÃO: 108,300m		BDI Serviço: 31,74%						
LOCAL: BRANQUINHA / AL		DATA BASE: janeiro-25		BDI Material Adição: 15,00%						
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										
CÓDIGO	ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)			PREÇO (R\$)		OBSERVAÇÃO
					DIRETO	RDI	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	
06. SERVIÇOS DE OBRAS COMPLEMENTARES										
COM012	6.1	Remoção de cercas com até 20 fios, arame farpado	m	740,00	6,91	2,19	9,10	6.734,00		SCRO/AL
3713608	6.2	Cerca com 4 fios de arame farpado e montado de madeira a cada 2,5 m e estaca a cada 50 m	m	1.220,00	21,61	6,86	28,47	34.733,40		SCRO/AL
4015723	6.3	Ciação manual com frator de cal	m²	69,25	3,07	0,97	4,04	279,77		SCRO/AL
4413996	6.4	Enfitecimento	m³	3.152,00	9,80	3,11	12,91	40.692,32		SCRO/AL
4005754	6.5.1	Pavimento - Calçada	m²	149,58	6,59	2,09	8,68	1.298,35		SCRO/AL
94992	6.5.2	EXECUÇÃO DE PASEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESURA 6 CM, ARMADO, AF 01/2022	m2	241,32	81,86	25,98	107,84	26.023,95		SNAP/AL
3006386	6.5.3	Guarda-corpo e corrimão metálico para passarelas para pedestres - fornecimento e instalação	m	88,00	682,24	216,54	898,78	79.092,64		SCRO/AL
07. SERVIÇOS DE OBRAS D'ARTES ESPECIAIS - Ponte Sobre o Rio Mundaú - Vão de 108,30 m										
INFRAESTRUTURA										
7.1.1 Serviço Preliminar										
4005750	7.1.1.1	Escavação manual em material de 1ª categoria na profundidade de até 1 m	m³	188,74	41,98	13,32	55,30	10.437,32		SCRO/AL
4005751	7.1.1.2	Escavação manual em material de 1ª categoria na profundidade de 1 a 2 m	m³	94,57	52,48	16,66	69,14	6.524,74		SCRO/AL
2003664	7.1.1.3	Equipamento de canteiro com lâmina aderente	t	4.320,00	13,78	4,27	18,15	78.400,00		SCRO/AL
CP013	7.1.1.4	Enrocamento simples	m³	702,00	164,15	52,10	216,25	151.807,50		Composição
7.1.2 Estaca Raiz										
2306066	7.1.2.1	Estaca raiz profunda no solo com D = 40 cm - confecção	m	240,00	236,48	75,06	311,54	74.769,60		SCRO/AL
2306070	7.1.2.2	Estaca raiz profunda na rocha com D = 31 cm - confecção	m	240,00	1.311,95	416,41	1.728,36	414.806,40		SCRO/AL
2306247	7.1.2.3	Armamento de estaca de concreto com seção de até 900 cm²	m²	1.134	236,77	75,15	311,92	3.537,17		SCRO/AL
407819	7.1.2.4	Armagem em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	kg	11.424,27	12,02	3,82	15,84	180.960,44		SCRO/AL
2306733	7.1.2.5	Câmara metálica com espessura de 6,3 mm D = 400 mm - para passagem de lâmina d'água - posicionamento	m	240,00	790,42	250,88	1.041,30	249.912,00		SCRO/AL
5914479	7.1.2.6	Transporte com caminhão carreteira de 15 t - rodovia pavimentada	tkm	3.726,76	0,68	0,22	0,90	3.354,08		SCRO/AL
5914389	7.1.2.7	Transporte com caminhão basculante de 10 m³ - rodovia pavimentada	tkm	5.707,55	0,82	0,26	1,08	6.164,15		SCRO/AL
7.1.3 Bases de Fundação - Vigas de Travessia de Muro										
3107996	7.1.3.1	Fôrmas de compensado resinado 30 mm - uso geral - utilização de 2 vezes - confecção, instalação e retirada	m²	272,65	96,56	30,65	127,21	34.683,81		SCRO/AL
407819	7.1.3.2	Armagem em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	kg	8.167,85	12,02	3,82	15,84	129.378,74		SCRO/AL
1106281	7.1.3.3	Concreto para formwork fck = 35 MPa - confecção em central de obra de 30 m³/h - areia e brita comerciais	m³	123,90	475,79	151,02	626,81	77.661,76		SCRO/AL
1106088	7.1.3.4	Lançamento mecânico de concreto com bomba rebolvel com capacidade de 30 m³/h - confecção em central de obra de 30 m³/h	m³	123,90	57,08	18,12	75,20	9.317,28		SCRO/AL

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS										
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS										
SERVIÇOS: EXECUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO MUNDAUÍ		EXTENSÃO: 108,300m					BDIServiço: 31,74%			
LOCAL: BRANQUINHA / AL		DATABASE: janeiro-25					BDIMaterial Adção: 15,00%			
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										
CÓDIGO	ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	Q. QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)			PREÇO (R\$)		OBSERVAÇÃO
					DIRETO	RDE	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	
1100657	7.1.3.5	Adoamento de concreto por vibrador de incndio	m³	123,99	3,31	1,05	4,36	540,20		SCROVAL
9914569	7.1.3.6	Transporte com caminhão betoneira - rodovia pavimentada	tkm	20.815,29	0,64	0,20	0,84	17.444,77		SCROVAL
9914479	7.1.3.7	Transporte com caminhão carrocera de 151 - rodovia pavimentada	tkm	976,36	0,68	0,22	0,90	878,72		SCROVAL
	7.2	MISOSTRUTURA								
	7.2.1	Pilar								
3107996	7.2.1.1	Fórmis de compoado resinado 10 mm - uso geral - utiliação de 2 vezes - confexão, instalação e retirada	m²	72,22	96,56	30,65	127,21	9.187,11		SCROVAL
407819	7.2.1.2	Armção em ago CA-50 - formecimento, preparo e colocao	kg	2.704,05	12,02	3,82	15,84	42.831,94		SCROVAL
1106281	7.2.1.3	Concreto para bombemento fck = 35 MPa - confexão em cental dnoadora de 30 m³/h - areia e brita comeciais	m³	1.444	475,79	151,02	626,81	9.051,14		SCROVAL
1106088	7.2.1.4	Lançamento mecânico de concreto com bomba rebóvel com capacidade de 30 m³/h - confexão em cental dnoadora de 30 m³/h	m³	1.444	57,08	18,12	75,20	1.085,89		SCROVAL
1100657	7.2.1.5	Adoamento de concreto por vibrador de incndio	m³	1.444	3,31	1,05	4,36	62,96		SCROVAL
9914569	7.2.1.6	Transporte com caminhão betoneira - rodovia pavimentada	tkm	2.426,59	0,64	0,20	0,84	2.038,34		SCROVAL
9914479	7.2.1.7	Transporte com caminhão carrocera de 151 - rodovia pavimentada	tkm	296,46	0,68	0,22	0,90	266,81		SCROVAL
	7.2.2	Muro								
3107996	7.2.2.1	Fórmis de compoado resinado 10 mm - uso geral - utiliação de 2 vezes - confexão, instalação e retirada	m²	558,89	96,56	30,65	127,21	71.096,40		SCROVAL
1106165	7.2.2.2	Concreto ciclpico fck = 20 MPa - confexão em betoneira e lançamento manual - areia, brita e pedra de máo comeciais	m³	576,80	394,09	125,08	519,17	299.457,26		SCROVAL
9914479	7.2.2.3	Transporte com caminhão carrocera de 151 - rodovia pavimentada	tkm	98.674,46	0,68	0,22	0,90	88.807,01		SCROVAL
	7.3	SUPRAESTRUTURA								
	7.3.1	Laje -Barreira New Jersey								
3107996	7.3.1.1	Fórmis de compoado resinado 10 mm - uso geral - utiliação de 2 vezes - confexão, instalação e retirada	m²	892,08	96,56	30,65	127,21	113.401,50		SCROVAL
407819	7.3.1.2	Armção em ago CA-50 - formecimento, preparo e colocao	kg	28.511,73	12,02	3,82	15,84	449.091,40		SCROVAL
1106281	7.3.1.3	Concreto para bombemento fck = 35 MPa - confexão em cental dnoadora de 30 m³/h - areia e brita comeciais	m³	264,49	475,79	151,02	626,81	165.784,98		SCROVAL
1106088	7.3.1.4	Lançamento mecânico de concreto com bomba rebóvel com capacidade de 30 m³/h - confexão em cental dnoadora de 30 m³/h	m³	264,49	57,08	18,12	75,20	19.889,65		SCROVAL
1100657	7.3.1.5	Adoamento de concreto por vibrador de incndio	m³	264,49	3,31	1,05	4,36	1.153,18		SCROVAL
9914569	7.3.1.6	Transporte com caminhão betoneira - rodovia pavimentada	tkm	44.434,66	0,64	0,20	0,84	37.325,11		SCROVAL
9914479	7.3.1.7	Transporte com caminhão carrocera de 151 - rodovia pavimentada	tkm	3.308,47	0,68	0,22	0,90	2.977,62		SCROVAL
	7.3.2	Largarim Pré-moldado								
3107996	7.3.2.1	Fórmis de compoado resinado 10 mm - uso geral - utiliação de 2 vezes - confexão, instalação e retirada	m²	1.703,61	96,56	30,65	127,21	216.716,23		SCROVAL
407819	7.3.2.2	Armção em ago CA-50 - formecimento, preparo e colocao	kg	66.719,72	12,02	3,82	15,84	1.096.840,36		SCROVAL

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS										
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS										
SERVIÇOS: EXECUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO MUNDAUÍ		EXTENSÃO: 108,300m		BDISerço: 31,74%						
LOCAL: BRANQUINHA / AL		DATABASE: janeiro-25		BDIMaterial Adção: 15,00%						
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										
CÓDIGO	ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	Q. QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)			PREÇO (R\$)		OBSERVAÇÃO
					DIRETO	RIM	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	
1106281	7.3.2.3	Concreto para bombemento fck = 35 MPa - confexão em cental dnoadora de 30 m³/h - areia e brita comeciais	m³	169,29	475,79	151,02	626,81	106.112,66		SCROVAL
1106088	7.3.2.4	Lançamento mecânico de concreto com bomba rebóvel com capacidade de 30 m³/h - confexão em cental dnoadora de 30 m³/h	m³	169,29	57,08	18,12	75,20	12.730,61		SCROVAL
1100657	7.3.2.5	Adoamento de concreto por vibrador de incndio	m³	169,29	3,31	1,05	4,36	738,10		SCROVAL
3006420	7.3.2.6	Lançamento de viga pré-moldada de at 500 kN com utiliação de guilante	un	36,00	4.980,18	1.580,71	6.560,89	236.192,04		SCROVAL
9914569	7.3.2.7	Transporte com caminhão betoneira - rodovia pavimentada	tkm	26.440,72	0,64	0,20	0,84	23.890,20		SCROVAL
9914479	7.3.2.8	Transporte com caminhão carrocera de 151 - rodovia pavimentada	tkm	7.199,54	0,68	0,22	0,90	6.478,69		SCROVAL
	7.3.3	Viga de Travessia das Lançadeiras								
3107996	7.3.3.1	Fórmis de compoado resinado 10 mm - uso geral - utiliação de 2 vezes - confexão, instalação e retirada	m²	171,71	96,56	30,65	127,21	21.843,23		SCROVAL
407819	7.3.3.2	Armção em ago CA-50 - formecimento, preparo e colocação	kg	2.034,53	12,02	3,82	15,84	32.226,06		SCROVAL
1106281	7.3.3.3	Concreto para bombemento fck = 35 MPa - confexão em cental dnoadora de 30 m³/h - areia e brita comeciais	m³	18,70	475,79	151,02	626,81	11.721,35		SCROVAL
1106088	7.3.3.4	Lançamento mecânico de concreto com bomba rebóvel com capacidade de 30 m³/h - confexão em cental dnoadora de 30 m³/h	m³	18,70	57,08	18,12	75,20	1.406,24		SCROVAL
1100657	7.3.3.5	Adoamento de concreto por vibrador de incndio	m³	18,70	3,31	1,05	4,36	81,53		SCROVAL
9914569	7.3.3.6	Transporte com caminhão betoneira - rodovia pavimentada	tkm	3.141,33	0,64	0,20	0,84	2.638,72		SCROVAL
9914479	7.3.3.7	Transporte com caminhão carrocera de 151 - rodovia pavimentada	tkm	397,23	0,68	0,22	0,90	357,51		SCROVAL
	7.3.4	Viga de Travessia								
3107996	7.3.4.1	Fórmis de compoado resinado 10 mm - uso geral - utiliação de 2 vezes - confexão, instalação e retirada	m²	37,73	96,56	30,65	127,21	4.799,63		SCROVAL
407819	7.3.4.2	Armção em ago CA-50 - formecimento, preparo e colocação	kg	443,96	12,02	3,82	15,84	7.032,33		SCROVAL
1106281	7.3.4.3	Concreto para bombemento fck = 35 MPa - confexão em cental dnoadora de 30 m³/h - areia e brita comeciais	m³	6,89	475,79	151,02	626,81	4.318,72		SCROVAL
1106088	7.3.4.4	Lançamento mecânico de concreto com bomba rebóvel com capacidade de 30 m³/h - confexão em cental dnoadora de 30 m³/h	m³	6,89	57,08	18,12	75,20	518,13		SCROVAL
1100657	7.3.4.5	Adoamento de concreto por vibrador de incndio	m³	6,89	3,31	1,05	4,36	30,04		SCROVAL
9914569	7.3.4.6	Transporte com caminhão betoneira - rodovia pavimentada	tkm	257,04	0,64	0,20	0,84	215,91		SCROVAL
9914479	7.3.4.7	Transporte com caminhão carrocera de 151 - rodovia pavimentada	tkm	55,74	0,68	0,22	0,90	50,17		SCROVAL
	7.3.5	Viga Travessa								
3107996	7.3.5.1	Fórmis de compoado resinado 10 mm - uso geral - utiliação de 2 vezes - confexão, instalação e retirada	m²	245,33	96,56	30,65	127,21	31.208,43		SCROVAL
407819	7.3.5.2	Armção em ago CA-50 - formecimento, preparo e colocação	kg	7.801,24	12,02	3,82	15,84	125.571,64		SCROVAL
1106281	7.3.5.3	Concreto para bombemento fck = 35 MPa - confexão em cental dnoadora de 30 m³/h - areia e brita comeciais	m³	83,86	475,79	151,02	626,81	52.564,29		SCROVAL
1106088	7.3.5.4	Lançamento mecânico de concreto com bomba rebóvel com capacidade de 30 m³/h - confexão em cental dnoadora de 30 m³/h	m³	83,86	57,08	18,12	75,20	6.306,27		SCROVAL

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS										
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE ALAGOAS										
SERVIÇOS: EXECUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO MUNDAUÍ		EXTENSÃO: 108,300m		BDISerço: 31,74%						
LOCAL: BRANQUINHA / AL		DATABASE: janeiro-25		BDIMaterial Adção: 15,00%						
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA										
CÓDIGO	ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)			PREÇO (R\$)		OBSERVAÇÃO
					DIRETO	RDE	TOTAL	PARCIAL	TOTAL	
1100657	7.3.6.5	Adoamento de concreto por vibrador de incndio	m³	83,86	3,31	1,05	4,36	365,63		SCROVAL
9914569	7.3.6.6	Transporte com caminhão betoneira - rodovia pavimentada	tkm	14.088,65	0,64	0,20	0,84	11.834,47		SCROVAL
9914479	7.3.6.7	Transporte com caminhão carrocera de 151 - rodovia pavimentada	tkm	910,16	0,68	0,22	0,90	819,14		SCROVAL
	7.3.6	Viga de Apoio do Laje de Aproximao								
3107996	7.3.6.1	Fórmis de compoado resinado 10 mm - uso geral - utiliação de 2 vezes - confexão, instalação e retirada	m²	16,62	96,56	30,65	127,21	2.114,23		SCROVAL
407819	7.3.6.2	Armção em ago CA-50 - formecimento, preparo e colocao	kg	143,16	12,02	3,82	15,84	2.267,63		SCROVAL
1106281	7.3.6.3	Concreto para bombemento fck = 35 MPa - confexão em cental dnoadora de 30 m³/h - areia e brita comeciais	m³	1,53	475,79	151,02	626,81	959,02		SCROVAL
1106088	7.3.6.4	Lançamento mecânico de concreto com bomba rebóvel com capacidade de 30 m³/h - confexão em cental dnoadora de 30 m³/h	m³	1,53	57,08	18,12	75,20	115,06		SCROVAL
1100657	7.3.6.5	Adoamento de concreto por vibrador de incndio	m³	1,53	3,31	1,05	4,36	6,67		SCROVAL
9914569	7.3.6.6	Transporte com caminhão betoneira - rodovia pavimentada	tkm	257,04	0,64	0,20	0,84	215,91		SCROVAL
9914479	7.3.6.7	Transporte com caminhão carrocera de 151 - rodovia pavimentada	tkm	34,68	0,68	0,22	0,90	31,21		SCROVAL
	7.3.7	Laje de Aproximao								
3107996	7.3.7.1	Fórmis de compoado resinado 10 mm - uso geral - utiliação de 2 vezes - confexão, instalação e retirada	m²	95,80	96,56	30,65	127,21	12.186,72		SCROVAL
407819	7.3.7.2	Armção em ago CA-50 - formecimento, preparo e colocao	kg	1.641,83	12,02	3,82	15,84	26.006,59		SCROVAL
1106281	7.3.7.3	Concreto para bombemento fck = 35 MPa - confexão em cental dnoadora de 30 m³/h - areia e brita comeciais	m³	20,40	475,79	151,02	626,81	12.786,92		SCROVAL
1106088	7.3.7.4	Lançamento mecânico de concreto com bomba rebóvel com capacidade de 30 m³/h - confexão em cental dnoadora de 30 m³/h	m³	20,40	57,08	18,12	75,20	1.534,08		SCROVAL
1100657	7.3.7.5	Adoamento de concreto por vibrador de incndio	m³	20,40	3,31	1,05	4,36	88,94		SCROVAL
9914569	7.3.7.6	Transporte com caminhão betoneira - rodovia pavimentada	tkm	3.427,20	0,64	0,20	0,84	2.878,85		SCROVAL
9914479	7.3.7.7	Transporte com caminhão carrocera de 151 - rodovia pavimentada	tkm	257,10	0,68	0,22	0,90	231,39		SCROVAL
	7.4	DIVERSOS								
307731	7.4.1	Aparelho de apoio de neoprene fixado para estruturas metálicas no local - formecimento e instalação	dm³	442,80	136,36	43,44	180,30	79.836,84		SCROVAL
381618	7.4.2	Guard-corpo de concreto - fabricação - areia e brita comeciais	m	216,00	95,67	30,37	126,04	27.224,64		SCROVAL
4015723	7.4.3	Cunção manual com frasco de cal	m³	677,48	3,07	0,97	4,04	2.737,02		SCROVAL
4015672	7.4.4	Largura de ponte	m	108,30	4,15	1,32	5,47	592,40		SCROVAL
307734	7.4.5	Baixa de dilatação em elastomero e perfil VV - L = 25 mm e H = 50 mm - formecimento e instalação	m	20,40	318,78	101,18	419,96	8.567,18		SCROVAL
307737	7.4.6	Baixa de dilatação em elastomero e perfil VV - L = 50 mm e H = 80 mm - formecimento e instalação	m	51,00	588,18	186,69	774,87	39.518,37		SCROVAL
307084	7.4.6	Lubrificantes em junta de pavimento de concreto - L = 20 mm e H = 30 mm - confexão e assentamento	m	142,80	33,79	10,72	44,51	6.356,03		SCROVAL

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS				
------------------------------	--	--	--	--

2. Fundamentação da contratação

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos

Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Esta obra tem como objetivo solucionar problemas identificados e atender às necessidades da comunidade local. A seguir, detalhamos os aspectos técnicos e a relevância dessa construção:

2.2.1 Problema Identificado:

- A ponte era via de acesso entre partes do município; com sua queda, moradores e transportes ficam restringidos.
- A travessia improvisada via jangadas representa risco e insegurança.
- Moradores que dependem da zona rural para agricultura ou pecuária enfrentam dificuldades para levar mercadorias ou acessar mercados.
- O isolamento parcial ou completo de comunidades afeta acesso a serviços básicos como saúde, educação, transporte.

2.2.2 Real Necessidade:

- A reconstrução da ponte sobre o Rio Mundaú em Branquinha é estratégica e urgente para restabelecer mobilidade, segurança e acesso a serviços para a população local.

2.2.3 Objetivos da Contratação:

- Restabelecimento da infraestrutura viária, integrando novamente o trecho ao sistema viário municipal e estadual;
- Garantir a mobilidade, melhorando o tráfego de veículos;
- Fortalecer a economia local, beneficiando o comércio da região;
- Promover melhorias na qualidade de vida e segurança, reduzir riscos à população que atualmente utiliza travessias improvisadas.

2.2.4. Características Técnicas:

- Ponte com tabuleiro em concreto armado sobre vigas pré-moldadas de concreto, Classe 45 toneladas, com 10,20m de largura total, sendo 7,20m de pista de rolamento, alas de retorno para contenção das cabeceiras, barreira de proteção medindo 0,40m e 1,10 m de passeio de cada lado. A extensão total da obra de arte é de 108,30m, compreendendo 6 vãos de 18,05m;
- Acesso com 0,75 km de extensão, com faixa de rolamento de 7,2 m.

2.2.5. Impactos Sociais e Ambientais:

- Benefícios: Melhoria na qualidade de vida e acesso a serviços básicos;
- Preservação ambiental: Estudos minimizarão impactos na fauna, flora e ecossistema aquático

2.3. Em resumo, essa obra estratégica restabelecer de forma segura, duradoura e funcional a ligação entre as margens do rio, garantindo mobilidade, integração regional e segurança da população.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Este projeto visa beneficiar os cidadãos dos municípios de Branquinha, reestabelecendo a travessia sobre o Rio Mundaú, garantindo condições adequadas de tráfego, segurança e durabilidade, promovendo a integração entre comunidades, o desenvolvimento socioeconômico do município e a mitigação dos impactos causados pelas enchentes. Abaixo, detalhamos os principais aspectos da solução:

3.2.1 Características Gerais:

- Ponte em concreto armado sobre vigas pré-moldadas de concreto, com vão de 108,30m, e 10,20m de largura total, sendo 7,20 m de pista de rolamento, com passeio de cada lado;
- Acesso de aproximadamente 0,75 km de extensão, com faixa de rolamento de 7,2 m;
- A pavimentação será em asfalto.

3.2.2. Garantia:

- Com base no disposto no art. 618 do Código Civil que prevê a responsabilidade objetiva do mesmo em prestar garantia por suas obras no período de cinco anos, a contar do recebimento da obra pela contratante, respondendo por sua solidez e segurança.

3.2.3. Preservação Ambiental:

Realizaremos estudos para minimizar impactos na fauna, flora e no ecossistema aquático durante a construção e operação.

3.2.4. Benefícios Sociais e Econômicos:

Acesso seguro e inclusivo, organização, instalações adequadas, fortalecimento da economia local e descarte de resíduos correto.

3.2.5. Justificativas Técnica e Econômica:

- A obra é de caráter emergencial e estratégico, uma vez que visa restabelecer a ligação entre as margens do rio, comprometida após o colapso da estrutura anterior, ocorrido em decorrência das fortes chuvas e enchentes que atingiram a região.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos pela empresa contratada na execução da obra, a fim de manter a observância das boas práticas de sustentabilidade ambiental:

4.1.1. Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;

4.1.2. Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;

4.1.3. Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;

4.1.4. Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e latas de alumínio deve-se contratar as Associações e/ou Cooperativas de atadores de materiais recicláveis;

4.1.5. Práticas de redução de consumo de papel, utilizando-se o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos;

4.1.6. Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;

4.1.7. Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;

4.1.8. Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA nº 401/2008, alterada pela Resolução CONAMA nº 424/2010;

4.1.9. Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;

4.1.10. Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPIs necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de suas integridades físicas;

4.1.11. Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação empresas que tenham certificação ambiental; e

4.1.12. Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais.

Subcontratação

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, em relação às parcelas das obras e serviços de natureza específica destacadas como de menor relevância técnica e valor não significativo, conforme definido pela Administração.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam [os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, deve ser exigido uma declaração de vistoria entre os documentos de habilitação, tornando-o obrigatório a todos os interessados em participar do certame licitatório.

4.8. A comprovação desta vistoria dar-se-á por declaração do próprio licitante, não sendo expedido pela Administração Pública e sim pelo próprio licitante, devendo o referido instrumento ser declarado por responsável técnico para tal ato, desde que o profissional possua pleno conhecimento do objeto da licitação, sem necessidade de agendamento, observando-se o prazo para a entrega dos documentos de habilitação;

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Conforme a emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Prazo de execução do objeto: 180 (centro e oitenta) dias de acordo com ordem de serviço, conforme cronograma físico em anexo no Volume 01 – Relatório e Orçamento do Projeto;

5.1.3. Os métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, deverão seguir o no Volume 01 – Relatório e Orçamento do Projeto;

5.1.4. O Cronograma de realização dos serviços encontra-se no Volume 01 – Relatório e Orçamento do Projeto, cronograma físico-financeiro.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no município de Branquinha no estado de Alagoas, conforme volume de projetos.

Materiais a serem disponibilizados

5.3. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

5.3.1. Os funcionários da contratada deverão estar uniformizados e devidamente identificados.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da](#)

[Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.5. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.9. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#)).

6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.12. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.14. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.15. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual,

baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. 7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Avaliação da execução:

7.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

7.1.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

ou

7.1.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.1.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.2.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.2.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelo fiscal, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.3.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.3.3. O fiscal do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.3.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.3.6. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.7. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).

7.3.8. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal/Fatura, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata esse subitem será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índices Setoriais para Obras Rodoviárias, da Fundação Getúlio Vargas.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20.1. O Contratado assumirá os custos decorrentes da transferência de valores caso indique conta bancária que não seja da Caixa Econômica Federal – CEF.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária a quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8.1 – Da participação em consórcio

8.1.1 Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, observadas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

8.1.2 A participação em consórcio justifica-se em razão das características do objeto, que envolve a execução de obra de engenharia rodoviária com a implantação de acesso e construção de obra de arte especial sobre o Rio Mundaú, demandando, potencialmente, a conjugação de diferentes expertises técnicas e capacidade operacional, contribuindo para a ampliação da competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.1.3 Deverão ser observadas, no que couber, as seguintes condições:

I – comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas consorciadas;

II – indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável pela representação perante a Administração;

III – responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações decorrentes da contratação;

IV – vedação à participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente;

V – atendimento, por parte de cada consorciada, das exigências de habilitação jurídica, e, no caso de habilitação técnica e econômico-financeira, conforme disciplinado no edital.

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO e modo de disputa ABERTA.

Regime de execução

8.3. O regime de execução do contrato será por empreitada de preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.4. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.4.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade ([art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.5. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

8.5.1. valor global: conforme valor estimado da licitação.

Exigências de habilitação

8.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.6.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.6.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br>

[/empreendedor](#);

8.6.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada a como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#);

8.6.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.6.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.6.9. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.6.10. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.6.11. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.6.12. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

8.6.13. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.6.14. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.6.15. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.6.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.6.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

Qualificação Econômico-Financeira

8.6.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.6.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.6.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.6.20.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.6.20.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.6.20.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.6.20.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

8.6.20.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;

8.6.20.6. Comprovação de que dispõe o Capital Social de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei.

8.6.21. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

8.6.22. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor;

Qualificação Técnica

8.6.23. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.6.24. Registro ou inscrição da empresa contratada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) e/ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais), conforme as áreas de atuação previstas no Manual /Termo de Referência, em plena validade;

8.6.25. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.6.26. Apresentação do(s) profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes;

8.6.26.1. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;

8.6.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.6.28. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.6.28.1. Considerando que a exigência mínima pontuada não restringe a competitividade quanto à participação de empresa no certame licitatório, e sim como propósito de permitir à Administração Pública avaliar a capacidade técnica das empresas interessadas, unicamente, para resguardar a necessidade de contratação de empresa com experiência no ramo, faz-se necessária a exigência de quantitativos mínimos para comprovação da capacidade técnica de “serviços” estabelecidos com base na parcelas de maior relevância e valor significativo para comprovação da capacidade técnico – profissional, não implicando restrição ao caráter competitivo;

8.6.28.2. Salientamos que a exigência de quantitativos mínimos não deve ser prevista com relação ao número mínimo de atestados e sim quanto à quantidade mínima de serviços referentes aos itens de maior relevância do objeto;

8.6.28.3. Considerando a justificativa da necessidade de exigência de comprovação técnica exposta acima, devido se tratar de obra de alta complexidade, recomendamos:

8.6.28.3.1. Que a empresa licitante apresente certidões de acervo técnico de seus responsáveis técnicos, devidamente registrado no CREA-AL, que comprove ter executado itens de serviços realizados em obras que somados seus atestados totalize as quantidades a seguir:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	Unid.	Quantidade	(%)	Quantidades mínimas
Armação em aço CA-50 - fornecimento, preparo e colocação	kg	129.432,32	33%	64.716,16
Concreto para bombeamento fck = 35 MPa - confecção em central dosadora de 30 m³/h - areia e brita comerciais	m³	703,50	10%	351,75
Fôrmas de compensado resinado 10 mm - uso geral - utilização de 2 vezes - confecção, instalação e retirada	m²	4.066,64	8%	2.033,32
Concreto ciclópico fck = 20 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia, brita e pedra de mão comerciais	m³	576,80	5%	288,40
Escavação, carga e transporte de material de 3ª categoria	m³	3.651,11	4%	1.825,56

8.6.28.4. Considerando que as exigências relacionadas acima se respaldam na LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE

2021, fizemos uma relação baseado nos itens A de maior relevância da curva ABC de serviços apresentada, sendo adotado o critério de exigência de comprovação de execução por parte dos interessados de quantidades consideradas relevantes que foram extraídos de números arredondados da proporção em torno de 50% ou menos dos valores da planilha como a condição mínima para execução dos serviços, todos com percentual maior que 4% apresentados na Curva;

8.6.28.5. A Justificativa e a seleção desses itens foram fundamentadas pela curva ABC, método utilizado pelos órgãos de controle: TCU, CGU, CEF, entre outros. Essa ferramenta se constitui num método de classificação de informações, onde se separam itens de maior importância ou impacto dentro do contexto;

8.6.29. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

8.6.29.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.6.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.6.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.6.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.6.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.6.30.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.6.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.5.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.5.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 8.143.659,40

9.1. O valor de referência corresponde a R\$ 8.143.659,40 (oito milhões, cento e quarenta e três mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos), conforme consta no volume 01 – Relatório e Orçamento do Projeto.

9.2 A estimativa do valor da contratação levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do contrato.

Quanto a tabela de referência dos serviços e dos insumos do orçamento

9.3. Foi verificado na planilha orçamentária que foi adotado como padrão de referência a Tabela de preços unitários e de insumos fornecida pelo SICRO/AL com **data base JANEIRO/2025**, sendo utilizado em alguns itens, inclusive, a criação de algumas composições, que foram elaboradas com base nas tabelas do SICRO/AL e SINAPI/AL, todos na mesma base de Janeiro/2025.

9.4. Verificou-se que os insumos não encontrados no SICRO foram coletados com preços de mercado da região, seguindo o parâmetro de pesquisa dada pela Instrução Normativa IN SLTI/MPOG 5/2014, e sugerida pelo TCU, **em conformidade ao referenciado na página 45 da cartilha "Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas"**.

Quanto aos encargos sociais adotados

9.5. A mão de obra principal utilizada é SICRO/AL. Os encargos sociais adotados para mão de obra horista e mensalista não desonerado estão indicados na respectiva tabela de referência sendo adotada a data base Janeiro/2025, e anexada aos autos, considerando-se, portanto, atendido o demonstrativo analítico de encargos sociais utilizados conforme descrito na página 96 da cartilha "Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas".

Quanto à adoção da taxa de BDI referencial

9.6. No BDI adotado foi considerado apenas despesas de taxa de rateio da administração central; percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço (excluídos aqueles de natureza direta e personalista que oneram o contrato); taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; despesas financeiras; e taxa de lucro. E está em conformidade com o Acórdão 2622/2013 do TCU, onde foi adotado como parâmetros de referência do BDI, os valores conforme codificação CNAE do respectivo tipo de obra: construção de rodovias, como consta nas páginas 8 e 88 da cartilha "Orientações para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas", obtendo-se a taxa do BDI Referencial não desonerado no valor 31,74% (trinta e um, vírgula setenta e quatro por cento) e BDI diferenciado não desonerado de 15,0%, conforme demonstrado no anexo Volume 01 – Relatório e Orçamento do Projeto.

9.7. Ressaltamos que foi adotado os custos da tabela de referência não desonerada por ser a mais vantajosa para administração pública, conforme planilha comparativa em anexo volume de Orçamento.

10. Adequação orçamentária

10.1. A disponibilidade orçamentária para atendimento da despesa do presente projeto que ocorrerá conforme classificação abaixo, prevista no orçamento do Estado de Alagoas para o Exercício de 2025, através na Lei Orçamentária Estadual nº 9.147, de 16 de janeiro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas em 17 de janeiro de 2024.

10.2. A contratação será atendida pela(s) seguinte(s) dotação(s):

Classificação institucional:

Unidade Orçamentária: 35538

Classificação funcional – programática: 26.782.1032.3662 – CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DA MALHA VIAVIA DO ESTADO/ (26.782.1032.3670.) – PROGRAMA CONECTA ALAGOAS /(26.782.1032.3674 - PROGRAMA VISÃO ALAGOAS).

Categoria Econômica: Despesa de Capital

Modalidade de Aplicação: Aplicação Direta

Natureza da Despesa: 4.4.90.51

Fonte de Recursos: Recursos do Tesouro

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS FLORENCIO PIRES

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 10:34:13.